

Ministros movimentarão dia-a-dia do Congresso

A semana que vem, no Congresso, promete ser farta de ministros e outras altas autoridades que devem vir ao Legislativo, seja para visitas ou depoimentos. Ontem, houve sessão, mas com os plenários vazios, sem quorum para votar.

A semana deve começar com a presença da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, trazendo ao presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), cópia do acordo firmado entre Brasil e credores externos para pagamento da dívida externa.

No dia 16 próximo, está prevista a vinda de um outro colega da ministra, Francisco Rezek, para falar na comissão de Relações Exteriores sobre a integração — política e econômica — da América Latina. E há ainda o ministro do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri, cuja presença está sendo esperada com ansiedade, na quarta ou quinta-feira, na Comissão Parlamentar de Inquérito que apura as fraudes do sistema previdenciário.

A relação, porém, não termina aí. O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e o coordenador da negociação da dívida externa, embaixador Jório Dauster, deverão explicar, na pró-

xima quarta-feira pela manhã, aos parlamentares que integram a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, todas as etapas que envolveram o fechamento do acordo para o pagamento dos juros em atraso do País.

Na Câmara, o processo de votação promete muito trabalho. O líder do PT, deputado José Genoíno (SP), informou que a Casa vai votar com urgência para apreciação de propostas para regulamentação do mandato de injunção, do emprego doméstico, da criação de cooperativas e ainda, do uso e emprego das forças armadas. Ainda na semana que vem, deverá ser incluído na pauta de votação, o projeto de regulamentação dos juros em 12 por cento ao ano e ainda, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

No Senado, a partir da próxima terça-feira, começa, na Comissão de Constituição e Justiça, o ciclo de conferências sobre a Constituição Federal. Segundo o líder do PDT, Senador Maurício Corrêa (DF), o debate sobre a questão é oportunamente, porque vai tratar, justamente, da revisão constitucional, cuja antecipação está sendo defendida pelo governo para agora.